ACORDO DE PARIS

INCENTIVO PARA UMA AGROPECUÁRIA MAIS PRODUTIVA E RESILIENTE

RODRIGO C. A. LIMA
Sócio-diretor da Agroicone – rodrigo@agroicone.com.br
LAURA ANTONIAZZI
Sócia pesquisadora da Agroicone – laura@agroicone.com.br

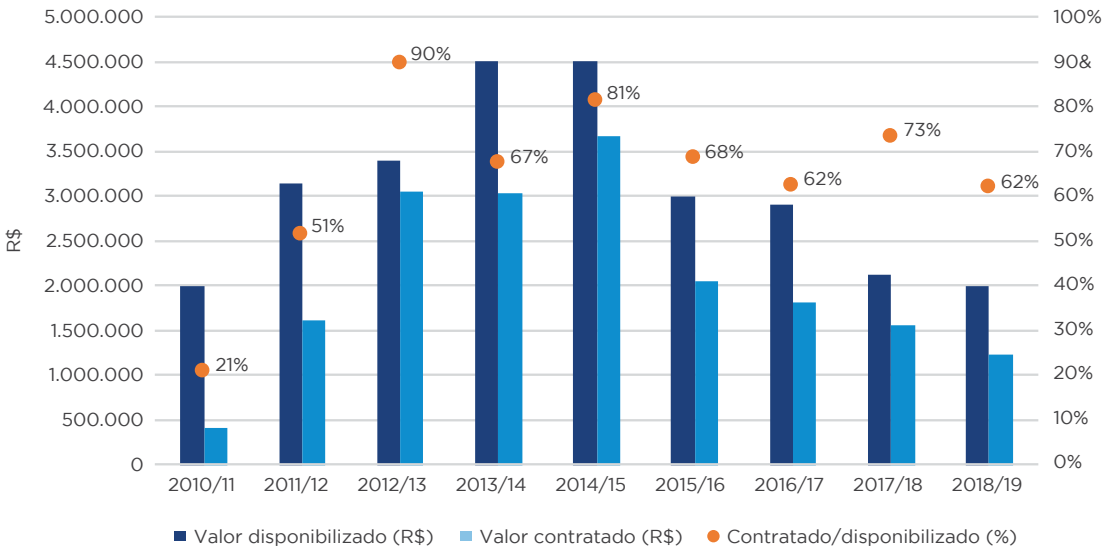
AS CALOROSAS discussões sobre a pertinência de o Brasil permanecer ou não no Acordo de Paris tiraram o foco das negociações que ocorreram em dezembro de 2018, durante a 24ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP-24/UNFCCC, nas siglas em inglês), na Polônia.

Paralelamente, em dezembro de 2018, os dados do Banco Central apontavam para uma contratação recorde dos recursos do Programa ABC, que visa fomentar a adoção de práticas que permitem ganhos de produtividade, melhoria de manejo, incentivo à adaptação dos sistemas produtivos e redução das emissões de gases do efeito estufa



© COP24.GOV.PL

CONTRATAÇÃO DE RECURSOS DO PROGRAMA ABC



Fonte: Banco Central

(GEE). Em seis meses de vigência do Plano Safra 2018/19, R$ 1,24 bilhão foi tomado pelos produtores, com uma taxa de juros de 5,25% a 6,00% ao ano, o que corresponde a um aumento de 85% em relação aos recursos tomados na safra 2017/18.

Afinal, investir em práticas denominadas de baixo carbono é salutar para o produtor e a longevidade da sua produção? Ou o tema da mudança do clima é circunscrito às discussões acadêmicas e políticas e a outros foros que não interessam ao campo?

Primeiramente, é relevante frisar que o Acordo de Paris não impõe obrigações para os países. Como acordo multilateral, tem o objetivo comum de limitar o aumento da temperatura em no máximo 2,0 °C, almejando alcançar no máximo 1,5 °C. Cada país adota as ações que entender pertinentes e possíveis, o que se denominou de Contribuições Pretendidas Determinadas Nacionalmente (iNDCs, na sigla em inglês). As contribuições de todos os países em termos de redução de emissões devem chegar ao objetivo do Acordo, e, para isso, as negociações da Conferência das Partes vão tentando aumentar a ambição daquelas iNDCs mais tímidas.

Nesse contexto, o Brasil indicou, ainda em 2015, na sua iNDC, que reduziria as suas emissões de GEE em 37% em 2025 com relação à base de 2005, o que é um compromisso bastante ambicioso, ainda mais levando em conta o fato de ser um país em desenvolvimento. O País destacou, também, ações que pretende usar para atingir a sua redução de emissões: restauração de pastagens degradadas, integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF), plantio direto, aumento da participação de biocombustíveis na matriz energética, entre outras. Acabar com o desmatamento ilegal é outro ponto importante, juntamente à restauração florestal e à implementação do Código Florestal.

O cerne das negociações durante a COP-24 girou em torno das regras que vão guiar o Acordo de Paris, marcadamente o novo mercado de carbono e questões relativas a financiamento, adaptação e a forma pelas quais os países devem reportar o andamento de suas ações.

O novo mercado de carbono gerou intensas negociações e pouco avançou. Alguns dos detalhes na mesa são as definições de como e se será possível reconhecer reduções de emissões anteriores a 2020, estabelecer regras para comprar e vender créditos de carbono, evitar a dupla contagem e definir quais metodologias serão elegíveis para o mercado.

As negociações ao longo de 2019 exigirão atenção. As discussões sobre agropecuária dão-se no âmbito do grupo Koronivia, sobre agricultura, e deverão gerar decisões sobre adaptação, mensuração de carbono no solo, financiamento para projetos no setor dentro do Acordo de Paris, entre outras.

Nesse contexto, o Brasil deve apresentar as suas experiências com carbono no solo e em pastagens manejadas, números de estoques de carbono em Áreas de Preservação Permanente (APPs) e áreas de Reserva Legal (RLs) e conservação de vegetação nativa nas propriedades rurais. Esses são alguns dos indicadores que diferenciam a produção agropecuária tropical e que ainda não são reconhecidos lá fora. Cabe ao Brasil levar esses dados e qualificar o debate, influenciando as decisões que deverão ser tomadas entre 2019 e 2020.

No plano interno, a revisão e o aprimoramento do Plano ABC, envolvendo novas tecnologias elegíveis para o financiamento e o crescimento dos recursos do Programa ABC com taxas de juros competitivas, são objetivos cada vez mais alinhados ao dia a dia do produtor, dos bancos e da agroindústria. Em 2019, o Governo e o setor privado terão o desafio de revisitar o Plano ABC e construir a sua nova versão, mais robusta, com novas tecnologias e que agregue ações de adaptação voltadas à produção em todos os biomas.

Em paralelo, vale refletir sobre qual deve ser o montante de recursos do Programa ABC e pensar em como o seguro agrícola encaixa-se nessa agenda. Ao mirar os dados atuais, é factível defender a retomada do crédito ABC na casa de 4,5 bilhões já para o Plano Safra 2019/20, que foi o valor destinado ao Programa na safra 2014/15. Naquele ano, 81% do recurso foi contratado com taxas de juros que variavam entre 4,5% e 5,0%. De lá para cá, os recursos caíram e as taxas de juros subiram, chegando a 8,5%.

Algumas das novas tecnologias que poderiam entrar no Plano ABC e que permitem adaptação dos sistemas produtivos são: novas variedades de mudas e sementes; insumos especiais (novos fertilizantes e micro-organismos); outros sistemas de manejo integrado; e produção de energias renováveis. Da mesma forma, a restauração e a conservação de vegetação nativa em função do Código Florestal são ações que devem ser contabilizadas nos inventários nacionais.

Por fim, vale mencionar que essas mudanças na formulação da política agrícola são uma realidade de mundo afora. A nova Farm Bill, que aguarda sanção nos Estados Unidos, contém uma série de programas e recursos que visam incentivar a conservação da vegetação nativa. A Política Agrícola Comum (PAC), da União Europeia, contempla diversos programas e recursos nessa linha, e as mudanças para a nova PAC, de 2020, seguem cada vez mais nessa direção.

Cabe ao Brasil, como potência agrícola e ambiental, definir os rumos da sua política agrícola para que possa se consolidar como o maior produtor e exportador de alimentos saudáveis, sustentáveis e seguros, alinhado ao desafio global de lidar com a mudança do clima. ■



© COP24.GOV.PL